



FOTO GCS

Plano para Canídromo agradou ao CPU

O projecto entregue ontem ao Conselho do Planeamento Urbanístico agradou à maioria dos membros já que as instalações irão estimular o desenvolvimento da zona do Canídromo e arredores. Ainda assim, as opiniões dividiram-se face à sugestão de se reservar espaço para instalações de prevenção de desastres, nomeadamente um reservatório

CATARINA ALMEIDA

O plano de intervenção urbanística e de aproveitamento do terreno do Canídromo agradou, de um modo geral, os membros do Conselho do Planeamento Urbanístico (CPU). O documento distribuído ontem aos membros do CPU, mas também à comunicação social, não traz grandes novidades face ao que já foi divulgado pelo Governo.

Abrangendo uma área de 40.425 metros quadrados, o lote em causa – que abrange ainda o Centro Desportivo Lin Fong – será aproveitado para construção de instalações desportivas (65,5% da área total) e educacionais que ocuparão 19,8% do total. Não estão previstas zonas residenciais nem de comércio.

Já os restantes espaços serão aproveitados para instalações de serviços sociais (creches e serviços complementares para

idosos) e governamentais (9,7% do total) restando 5% para zona de peões. Mantém-se o Centro Desportivo mas será adicionada uma piscina, um pavilhão polidesportivo e um campo de treino para atletismo e futebol.

Todavia, não se sabe quantas escolas serão construídas ou que tipo de ensino abrangerão. De qualquer forma, para Vong Kuok Ieng, ligado ao sector da educação, o plano do Governo para aquele terreno “contribui bastante para desenvolvimento da zona norte de Macau”.

Ainda assim, há o “grande problema” de trânsito rodoviário da Avenida General Castelo Branco. Por essa razão é “melhor construir uma escola de ensino secundário” pois os alunos do ensino primário poderão correr “mais riscos”.

Neste sentido, foi sugerido que a Avenida em causa passe a ter três faixas de rodagem no sentido sul mas para a maioria dos membros será mais viável avançar com uma passagem pedonal superior. O Governo propõe ainda auto-silos públicos com pelo menos 400 lugares – o que segundo alguns membros será insuficiente para a procura que existe naquela zona. Para Rui Leão, o “lote parece suficientemente grande para se resolverem todas as questões do estacionamento”.

Por outro lado, a discussão também se centrou muito na intenção do Governo de manter o espaço subterrâneo “de forma flexível” construindo um reservatório que poderá “servir de instalações e prevenção contra desastres”. No entanto, segundo Li Canfeng esta sugestão requer mais estudo e análise de peritos para perceber a sua viabilidade.

Chan Tak Seng foi um dos que mais se pronunciou contra o reservatório no terreno do Canídromo – embora muitos tenham defendido a importância e pertinência do equipamento – já que as zonas subterrâneas devem ser “melhor aproveitadas” dando lu-

gar a espaços pedonais. “Não vejo que haja condições para alargar ainda mais para desenvolver a superfície por isso deveríamos explorar solos subterrâneos”, argumentou.

Já Lee Hay Ip entende haver espaço mais do que “suficiente” que abranja o “reservatório, estacionamento e rede viária”. “O reservatório poderá aliviar os problemas de inundação da zona, sendo que um terço dos 40 mil metros quadrados pode ser aproveitado para o estacionamento com 600 lugares”, exemplificou.

O arquitecto Rui Leão também se mostrou favorável à construção do reservatório de água até porque é “muito pertinente porque as zonas do Mercado Vermelho e do Fai Chi Kei são sempre afectadas pelas cheias e catástrofes”.

Por sua vez, Mak Soi Kun interveio para saber calendários da construção e término das obras de aproveitamento de todo o terreno, mas Li Canfeng rejeitou comprometer-se com datas quando ainda se está numa “fase de estudo”.

“Sabe o que é um plano? O aproveitamento de cada parcela tem de ser discutido por este Conselho. Ainda vai ter de ser emitida planta de condições urbanísticas. Acho que é pouco irreal avançar com previsão das obras. É apenas um plano. Há vários procedimentos a seguir”, vincou.

POLÉMICA COM LOTES PARA SERVIÇOS PÚBLICOS

A finalidade de um terreno junto às Travesas do Petróleo e do Gelo para escritórios dos Serviços de Alfândega (SA) mereceu críticas por Rui Leão e Leong Tou Hong, tendo em conta a zona e a falta de flexibilidade do presidente em admitir alterações.

Para Leong Tou Hong, a zona – perto do Museu Marítimo e da Doca D. Carlos – seria ideal para fazer a ligação a WanChai já que o posto fronteiriço de ligação a essa zona está encerrado desde Janeiro de 2016. “Este

terreno tem ligação muito estreita com desenvolvimento da história de Macau. Se for para construir instalações do Governo, tenho reservas quanto a essa finalidade”, criticou, durante a sessão de apresentação da planta de condições urbanísticas daquele terreno.

Porém, para o presidente do CPU, a ideia não se adequa já que “Macau está em constante desenvolvimento e mudança”. Logo, “vamos voltar atrás com um projecto definido há 10 anos?”, questionou Li Canfeng não mostrando qualquer flexibilidade para alterar a finalidade ou transferir esses escritórios para outra zona de Macau. Uma posição que Rui Leão criticou.

“É um bocado questionável porque está junto à Doca de D. Carlos onde já foram convertidos três edifícios para instalações culturais públicas. Faz parte da lógica do plano para a Barra que inclui o desenvolvimento do sector cultural, entretenimento e criativos”.

No fundo, a Doca “é um espaço público e patrimonial de excelência [...] não faz muito sentido colocar um edifício paramilitar (serviços da DSAM-Alfândega), num espaço que tem potencial público”, defendeu.

Portanto, na ausência de flexibilidade, o arquitecto sugeriu pelo menos algum compromisso “no sentido de que o perímetro ao longo da doca não seja construído mantendo assim a exigência de acesso e circulação pública”.

Ao que Leong Tou Hong acrescentou: “Se os edifícios com valor histórico forem usados para escritórios é difícil que esses sobressaiam interior e exteriormente. Deve haver flexibilidade na escolha dos edifícios destinados para receber serviços públicos”.

Todavia, sendo o terreno do Governo mantém-se as “funções e finalidades”. Li Canfeng comprometeu-se apenas a “registar as opiniões” dos membros. “Não se esqueçam que este terreno é do Governo”, disse.